



A CONGREGAÇÃO SALESIANA E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BARRA-GARCENSE

Eliete Grasiela Both¹

RESUMO

O presente artigo pretende discutir as influências da Igreja Católica, mais especificamente da Congregação Salesiana, na Educação de Barra do Garças – Mato Grosso, na segunda metade do século XX. Tal Congregação era responsável por duas escolas no município de Araguaiana (do qual se desmembrou Barra do Garças, em 1948), uma, administrada por padres Salesianos, Instituto Nossa Senhora da Piedade, escola existente de 1900 a 1973, exclusivamente voltada ao ensino de meninos e a outra, mantida por freiras da Congregação, escola Maria Auxiliadora, destinada ao público feminino. Em Barra do Garças, os Salesianos implantaram, em 1961, e mantêm até hoje, o Instituto Madre Marta Cerutti. Este, a partir de 1967 tornou-se responsável pela Escola Normal que funcionava em dois formatos: internato, para alunas de outras localidades e externa para alunas da sede do município. Os padres Salesianos implantaram, também em Barra do Garças, a Escola Dom Bosco, que foi assumida pelo estado de Mato Grosso em 1989 e desativada em 2007. Além disso, durante a década de 1950, os padres Salesianos eram responsáveis por um colégio interno na Aldeia Meruri, localizada a sessenta quilômetros da sede de Barra do Garças. A pesquisa de doutorado que originou este artigo se valeu da História Oral como metodologia de investigação. Por meio desta, foram realizadas treze entrevistas que, posteriormente, foram transcritas e textualizadas, além disso, realizaram-se pesquisas bibliográficas e documentais. As referências encontradas foram cotejadas às narrativas produzidas a partir das entrevistas, buscando assim construir uma narrativa histórica sobre esse aspecto da Educação barra-garcense.

Palavras-chave: História da Educação, História Oral, Salesianos.

INTRODUÇÃO

Em minha tese de doutorado, intitulada “Outros Diamantes: histórias da formação de professores (de Matemática) em uma região de garimpo” (BOTH, 2021), nos dedicamos a um estudo sobre a formação de professores (de Matemática), na região de Barra do Garças, durante a segunda metade do século XX. Por meio daquele estudo, foi possível analisarmos muitos pontos interessantes com relação à formação de professores no local, a partir de treze narrativas constituídas por meio da metodologia da História Oral. Um aspecto que se destacou nas narrativas de nossos depoentes, naquele momento, foi a forte presença da Igreja Católica, mais especificamente da Congregação Salesiana, na Educação do município de Barra do Garças e de Araguaiana (do qual o primeiro se desmembrou, em 1948, e que passou, nessa ocasião, à

¹ Doutora em Educação Matemática (Unesp) professora da Educação Básica Técnica e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), eliete.both@ifmt.edu.br.

condição de distrito²). Os resultados aqui apresentados derivam, majoritariamente, de tal investigação (assim, não iremos referenciá-la a todo momento), quando vierem de outras fontes, estes serão devidamente referenciados.

Durante tal recorte temporal, a referida Congregação era responsável pela manutenção de duas escolas no atual município de Araguaiana, uma, administrada por padres Salesianos, Instituto Nossa Senhora da Piedade, escola existente de 1900 a 1973, exclusivamente voltada ao ensino de meninos e a outra, mantida por freiras da Congregação, escola Maria Auxiliadora, destinada apenas ao público feminino. Na sede do município de Barra do Garças, a Congregação Salesiana implantou, em 1961, e mantém até os dias atuais, o Instituto Madre Marta Cerutti. Este, a partir de 1967, tornou-se responsável pela oferta de cursos de formação docente da Escola Normal, que, em tal instituição, se destinava exclusivamente à formação de professoras. Esta escola funcionava em dois formatos: interna, para alunas de outras localidades e externa para alunas da sede do município. Os padres Salesianos implantaram, também em Barra do Garças, a Escola Dom Bosco, que foi assumida pelo governo do estado de Mato Grosso em 1989 e desativada em 2007. Além disso, ainda conforme Both (2021), durante a década de 1950, os padres Salesianos eram responsáveis por um colégio interno na Aldeia Meruri, localizada a sessenta quilômetros da sede do município de Barra do Garças.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este artigo, optamos pela metodologia da História Oral (HO), com a qual já tínhamos um longo período de intimidade e alguns projetos de pesquisas desenvolvidos. Acreditamos que por meio da História Oral podemos construir uma versão histórica, para nosso objeto de estudo, com uma amplitude diferenciada, a partir das narrativas de possíveis colaboradores, bem como de fontes escritas, pictográficas, audiovisuais ou outras quaisquer que se possa localizar. No trabalho com a HO buscamos sempre o cotejamento entre essas fontes, que encaramos como complementares,

² Araguaiana – MT foi o primeiro município criado no leste mato-grossense, desmembrado diretamente de Cuiabá. Pelas Leis nº 211, de 10 de maio de 1899 e nº 387, de 12 de abril de 1904, foi criado um distrito, com a denominação de Registro do Araguaia, subordinado ao município de Cuiabá. Esse distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de Registro do Araguaia, pela Lei Estadual nº 636, de 8 de julho de 1913. Posteriormente, pelo Decreto Estadual nº 161, de 21 de abril de 1932, o município de Registro do Araguaia tomou a denominação de Araguaiana. Pelo Decreto-Lei nº 32, de 21 de dezembro de 1935, foi criado o distrito de Barra do Garças, pertencente ao município de Araguaiana. Em 1948, com a emancipação de Barra do Garças, regulamentada pela Lei Estadual nº 121, de 15 de setembro de 1948, foi extinto o município de Araguaiana, que passou, então, à condição de distrito de Barra do Garças. Anos mais tarde, por meio da Lei nº 5.006, de 13 de maio de 1986, foi restaurado o antigo município de Araguaiana, porém, com território diminuído (MATO GROSSO, 1899, 1904, 1913, 1932, 1935, 1948, 1986).

sendo que, com os depoimentos temos um ponto de partida para compreender o que estudamos e com o apoio das fontes escritas (e outras) podemos analisar nosso objeto de interesse. Cabe destacar que não utilizamos variadas vertentes com o intuito de checagem ou validação de informações e sim como meio de “complementação, esclarecimento, compreensão de perspectivas e possibilidades” (BARALDI, 2003, p. 218).

A HO, embora não seja apenas pautada em procedimentos, pois muito depende, também, do fôlego teórico e experiencial do pesquisador, comumente se vale de alguns, como a realização de entrevistas, suas transcrições e textualizações, para posterior validação dessas narrativas por meio da assinatura de uma carta de cessão fornecida pelo depoente, faltando então o arremate do trabalho que se dá pela análise dos dados, que embora julgemos perpetuar por todo o desenvolvimento da pesquisa, tem nesse espaço a possibilidade de aprofundamento.

Ao optarmos pela História Oral não temos uma metodologia ‘fechada’, pois constantemente a questionamos, avaliamos, testamo-la, de modo a conhecermos possibilidades, restrições, embasamentos das ações que desenvolvemos, portanto, é “entremeada por reflexões, sistematizações, aproveitamentos e abandonos: uma antropofagia” (GARNICA, 2013, p. 35).

Como um dos principais aspectos dessa metodologia, temos a produção intencional de fontes, por meio das narrativas constituídas a partir das entrevistas, que, de acordo com o enfoque dado por quem delas se vale, podem ser encaradas como fontes históricas. Para a criação dessas fontes são seguidos alguns procedimentos, que perpassam a escolha do tema e elaboração da pergunta diretriz, que por sua vez conduz a bibliografias e leituras que possam ser úteis ao desenvolvimento da pesquisa, dando, também, indícios de nomes de possíveis depoentes, que são escolhidos devido ao envolvimento, direto ou indireto, com o tema pesquisado. Também, comumente no grupo de pesquisa ao qual pertencemos – Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem) –, os depoentes são escolhidos por meio do critério de rede, no qual um entrevistado indica outros nomes, que possivelmente possam nos ajudar a compreender o que buscamos.

Após a escolha dos colaboradores, os contactamos explicando o estudo a ser realizado e solicitamos a colaboração na pesquisa. Análises prévias acerca do tema, dos entrevistados e do que se pretende com cada um permitem a construção do roteiro, bem como fornecem certo embasamento no momento da entrevista. Esse roteiro pode ser encaminhado previamente aos interessados, auxiliando na lembrança, bem como na busca de materiais que possam ser úteis ao estudo. O roteiro deve ser um guia no momento da entrevista, pois mesmo tendo as mesmas perguntas direcionadoras, as entrevistas nem sempre possuem o mesmo eixo norteador, pois o entrevistado tem papel fundamental no direcionamento dado a ela.



Com as entrevistas realizadas inicia-se a próxima etapa, a transcrição, o registro escrito do que foi gravado em áudio, para, a seguir, textualizar-se, momento no qual são retirados certos vícios de linguagem e repetições de modo a tornar o texto mais homogêneo, nesse processo a ordem cronológica ou temática também pode ser reorganizada, visando melhor atender ao eixo temático estudado. É importante ressaltar que, embora sejam supridas determinadas oralidades, muitas são mantidas permitindo, assim, que o colaborador se reconheça falando.

As textualizações são, fundamentalmente, produzidas pelo pesquisador, assim, são textos repletos de interpretações e vieses, já sendo um movimento prévio de análise e diálogo entre pesquisador e depoente. Conforme Garnica (2013), essa transposição do oral para o escrito se justifica, principalmente, por três fatores: durabilidade; maior aptidão em se trabalhar com o escrito; e maior facilidade para a interpretação, pois ao transcrever e textualizar a entrevista o pesquisador acaba imergindo mais intensamente no depoimento de seu entrevistado.

Com as transcrições e textualizações prontas, volta-se ao depoente com estes textos para que ele possa conferi-los, essa conferência pode ser um ato solitário do entrevistado ou ocorrer em conjunto com o pesquisador. Feita essa acareação e realizadas as correções sugeridas, assina-se a carta de cessão, cedendo permissão, total ou não, para publicação do material.

Ao término destes procedimentos, inicia-se o momento destinado a análise formal, pois acreditamos que apenas a coleta de informações não encerra o trabalho, faltando um arremate, uma interpretação do pesquisador, a partir dos dados que conseguiu levantar. No entanto, analisar não é julgar depoentes ou testemunhos, nem se buscar verdades absolutas ou preencher-se completamente as lacunas, e sim um modo de produzir uma nova (ou novas) narrativa(s) acerca do tema, partindo, para isso, dos documentos encontrados, das entrevistas, memórias, presente e passado dos colaboradores e do pesquisador.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como já indicamos, as primeiras instituições de ensino da região de Barra do Garças estavam em Araguaiana: eram duas escolas da Congregação Salesiana, mas que, embora mantidas por uma instituição religiosa, segundo nosso depoente José, ofereciam ensino gratuito: o Instituto Nossa Senhora da Piedade (1900 a 1973), administrada por padres da Congregação, e o Instituto Maria Auxiliadora, criado em 1917, administrado por freiras Salesianas.

No local onde hoje é a sede do município de Barra do Garças (à época denominada Barra Cuiabana, distrito de Araguaiana), conforme Ribeiro (2004), por muitos anos a população de baixa-renda teve acesso apenas ao que se denomina ensino informal, em que conhecimentos

eram transmitidos de pais para filhos. Esse processo de ensino-aprendizagem, nas palavras da autora (p. 84), se tratava do compartilhamento de “saberes de homens e mulheres que [...] buscavam na vida diária os ensinamentos que envolviam o fazer, o imitar, o demonstrar, o corrigir, o punir e o premiar.”. Esse modelo nem sempre envolvia qualquer processo de alfabetização, pois, “embora muitos sonhassem com a possibilidade de ver seus filhos aprendendo a ler, escrever e realizar as operações matemáticas” (RIBEIRO, 2004, p. 114), estes eram conhecimentos de que tampouco a maioria dos pais dispunha. Nesse contexto, “Os poucos pais que tiveram a oportunidade de serem alfabetizados, antes de chegar à região, se encarregavam de ensinar os filhos mais velhos e estes se responsabilizavam pela alfabetização dos irmãos” (RIBEIRO, 2004, p. 114). As famílias mais abastadas, em contrapartida, ainda de acordo com Ribeiro (2004, p. 116), pagavam pessoas que exerciam “uma espécie de preceptoria, para ensinar seus filhos”. Esses professores lecionavam nas casas de tais famílias e ensinavam, principalmente, a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas.

O ensino formal somente chegou à localidade em 1933, com a criação da atual Escola Estadual Antônio Cristino Cortes, ofertando o Ensino Primário, à época denominada Escolas Reunidas Coronel Antônio Cristino Cortes. A instituição iniciou suas atividades no mesmo ano, mas ainda sem um espaço físico. Assim, os professores ministravam aulas aos alunos em suas próprias casas. Sua autorização de funcionamento foi expedida em 1934. A escola passou a ter um local de funcionamento, ainda que em condições precárias, somente em 1949. Conforme Ribeiro (2004), esse espaço foi construído pelo Coronel Antônio Cristino Cortes, que também se responsabilizou por contratar algumas professoras para ali lecionarem, entre as quais Mocinha e Otacília, duas das responsáveis por ensinar os filhos das elites locais. O prédio próprio foi conquistado apenas em 1953 e foi então que a Escola passou a ter uma estrutura mais propícia ao desenvolvimento das aulas. Nesse momento, teve sua denominação alterada para Grupo Escolar Coronel Antônio Cristino Cortes.

Mesmo com a criação da Escola, Ribeiro (2004) assinala que, nos anos iniciais, poucas famílias conseguiam manter os filhos estudando, uma vez que a maioria da população necessitava de toda mão-de-obra possível para ajudar no sustento da casa. Ou seja, sequer a criação de uma instituição pública de ensino conseguiu mudar, a curto prazo, o cenário de analfabetismo reinante na localidade, à época.

Tal contexto era percebido também no corpo docente disponível na região. Ribeiro (2004) entrevistou professoras que lecionaram no final da década de 1940 e início da década de 1950 e suas depoentes relatam: “eu fui ser professora, eu falo que naquela época era quase analfabeta, coitadinha [...]. (C. 71 anos, goiana [...])” (RIBEIRO, 2004, p. 120); “Nós

ensinávamos pelo que tinha aprendido, não tinha outra coisa. [...] Então era assim que nós [pausa]. O que nós sabíamos, nós passávamos para o aluno [...] (L. 76 anos, barra-garcense [...])” (RIBEIRO, 2004, p. 170). Ou seja, os professores locais não dispunham de qualquer tipo de habilitação à docência, ou sequer de formação escolar completa. Conforme a autora, grande parte lecionava tendo como formação apenas o Ensino Primário e sua metodologia “estava fundada em concepções autoritárias, nas quais os procedimentos de ensino postos em prática iam da repetição, da memorização e da disciplina chegando aos castigos físicos e psicológicos.” (RIBEIRO, 2004, p. 170).

Ribeiro (2004) indica que apesar de a Escola Cristino Cortes ofertar todo o Ensino Primário, ela se destinava majoritariamente à alfabetização, pois buscava suprir as maiores necessidades da população local (bem como, inferimos, moldar-se às habilidades dos profissionais disponíveis). É provável que esse foco na alfabetização seja o motivo que levava o ‘primeiro ano’ do Primário, conforme depoentes de Ribeiro (2004), a se subdividir em três anos, cuja progressão dava-se com a conclusão do ano letivo, ou pela avaliação positiva das professoras, no decorrer deste:

fazia-se o primeiro ano A, B e C. Aí que ia para o segundo ano. A minha irmã fez toda essa trajetória do A, do B, do C. quando eu cheguei me colocaram no A, me passaram para o B, depois para o C e me puseram no segundo ano. Aí eu fiz o terceiro, daí eu fiz o quarto no grupo escolar e não tinha mais estudo aqui (B. 61 anos, baiana [...]). (RIBEIRO, 2004, p. 118).

Sobre essa configuração um tanto curiosa, cabe observar que, conforme Romanelli (1993), até 1945, não havia uma normatização nacional para o Ensino Primário, criada somente pela Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto-Lei nº 8.529, de 1º de janeiro de 1946. Assim, cada escola organizava-se segundo as normativas estaduais, quando existiam, ou conforme regimento próprio. Por outro lado, pelo relato de nosso depoente José, que estudou no Instituto Nossa Senhora da Piedade, vemos que sequer a promulgação da Lei Orgânica alterou esse modelo diferenciado, adotado na região. José cursou o Primário na década de 1960, mais de uma década após a implantação de tal Lei e, mesmo assim, sua escola adotava uma configuração parecida com a da Escola Cristino Cortes, relatada pela depoente de Ribeiro (2004).

O colégio ofertava somente primeira à quarta série, mas, à época, o ensino era muito rígido e muito puxado. [...] Olha, quem fez o quarto ano primário na década de 1960, no Colégio dos Padres, tinha o mesmo conhecimento de quem tem o Segundo Grau hoje! [...], porque, realmente, era muito rígido. À época, o colégio tinha o Primeiro ano A Atrasado, Primeiro A Médio e Primeiro A Adiantado, depois vinha o Primeiro ano B, Primeiro C, Primeiro D, Segundo, Terceiro e Quarto ano. Ou seja, nós tínhamos nove anos para concluir o quarto ano Primário. (Excerto da narrativa do professor José Rodrigues de Carvalho, BOTH, 2021, p. 273).



Portanto, percebemos que as escolas da região, ou pelo menos as mantidas por instituições religiosas, mesmo após a oficialização de uma normativa nacional para o Ensino Primário, guiavam-se de acordo com preceitos próprios.

Ainda com relação ao Ensino Primário ofertado pela Escola Cristino Cortes, como essa era toda escolarização existente em Barra do Garças, Ribeiro (2004) relata que as famílias que desejavam um grau maior de aprendizagem para os filhos os enviavam aos internatos da Congregação Salesiana: os de baixa-renda os mandavam ao internato Meruri, e os com maiores condições financeiras, aos internatos de Araguaiana (sobre os quais falamos anteriormente).

O internato Meruri localizava-se na aldeia indígena homônima (de etnia Bororo), em Barra do Garças, a cerca de sessenta quilômetros da zona urbana. Tal internato, de acordo com Ribeiro (2004), fora criado por padres e freiras da Congregação Salesiana com o intuito de ‘civilizar’ os indígenas (provavelmente, convertendo-os ao catolicismo e catequizando-os), mas recebiam, como dissemos, além de alunos indígenas, filhos de famílias pobres (não-indígenas) da região. Como a instituição tinha fama de oferecer um ensino de alta qualidade, mesmo alguns alunos que concluíam o Ensino Primário na Escola Cristino Cortes se matriculavam ali a fim de repetirem o quarto ano primário. Depoentes de Ribeiro (2004) tecem comentários a esse respeito: “papai achava que a gente tinha que aprender. Aí eu já tinha feito o quarto ano, mas ele falou: vai agora melhorar e vai fazer pelo menos um ano lá no Meruri, e eu fiquei um ano estudando, isso foi em 1955. (B. 61 anos, baiana [...]).” (RIBEIRO, 2004, p. 117); “a quarta série para quem repetia no Meruri era a oitava série de hoje de tão ótima que era” (L. 76 anos, barra-garcense [...]).” (RIBEIRO, 2004, p. 117).

Nesse sentido, a instituição implantou, em 1956, o quinto ano do Ensino Primário, denominado Admissão ao Ginásio, como um curso de preparação ao Exame homônimo. O curso se destinava àqueles alunos que não haviam sido ou não eram aprovados em tal Exame quando finalizavam o quarto ano Primário. Como ainda não havia Ensino Ginásial em Barra do Garças (este só foi implantado em 1964), é possível que todos os concluintes do Primário o cursassem. Tal curso perdurou na instituição até 1971, quando o Exame foi extinto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71 (RIBEIRO, 2004).

Além da ampliação do ensino ofertado pela Escola Antônio Cristino Cortes, outras duas instituições de ensino foram implantadas em Barra do Garças durante a década de 1960. Em 1961, foi criado o Instituto Madre Marta Cerutti, à época, chamado Instituto Santa Marta (segunda escola a se instalar no município de Barra do Garças) (BOTH; AZEVEDO; STEFANOSKI, 2016). Conforme o Estatuto da Escola, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 2 de fevereiro de 1962, o Instituto, naquele momento, era responsável pela



oferta dos cursos Primário e Admissão ao Ginásio, aglutinando, ainda, em suas dependências, a Escola Doméstica Santa Marta, a União das Ex-alunas 'Madre Carolina Mioletti', o Centro de Assistência Social Dominical 'São Domingos Sávio' e o Instituto de Educação Profissional (datilografia, corte-costura e bordado). As responsáveis pela escola eram as freiras da Congregação Salesiana, que a dirigiam, cuidavam de toda a parte administrativa e eram também responsáveis pela docência. No entanto, apesar de ser mantida por uma instituição religiosa, a escola, inicialmente, não era privada, sendo de responsabilidade da administração estadual. Ela ofertava exclusivamente o Ensino Primário (mais a Admissão ao Ginásio) até 1967, quando passou a oferecer também o Curso Normal (ASSIS; MOREIRA, 2018).

O Ginásio Estadual de Barra do Garças, fundado em 1962 foi a terceira escola do município. Apesar de o curso Ginásial ter sido autorizado em 1963, de acordo com Ribeiro (2004), ele só passou a funcionar em 1964. Em 8 de dezembro de 1966, sob a direção do padre da Congregação Salesiana Ernesto Capocci, a escola teve a primeira turma de concluintes do curso Ginásial. Anos mais tarde, por meio da Lei nº 2.516, de 14 de março de 1975, teve seu nome alterado para Escola Estadual Senador Filinto Müller (em homenagem a um político e militar cuiabano).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Congregação Salesiana, Missão Salesiana ou Salesianos é uma Congregação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, fundada em 1859, por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX. Esta congregação é responsável pela formação de padres e freiras que seguem determinados preceitos de fé, dentro da doutrina católica. Os Salesianos são os maiores responsáveis pela igreja católica na região desta pesquisa e tiveram significativa contribuição na educação regional, durante as décadas que o estudo aqui proposto contempla.

As primeiras instituições de ensino existentes na região de Barra do Garças estavam em Araguaiana e tratava-se de duas escolas da Congregação Salesiana, Instituto Nossa Senhora da Piedade e Instituto Maria Auxiliadora, sobre as quais falamos anteriormente. Conforme o professor José Rodrigues de Carvalho, em entrevista a Both (2021), no início da década de 1960, a Congregação firmou um convênio com o estado de Mato Grosso, e, a partir de então, este tornou-se responsável pela contratação do corpo docente que atuaria no Instituto Nossa Senhora da Piedade. Com isso, professores não padres passaram a lecionar na instituição. O entrevistado relata que no começo da década de 1970 noticiou-se o fechamento da escola,



devido ao reduzido número de sacerdotes disponíveis para trabalharem ali e a baixa procura pelo seminário.

Com relação ao Instituto Maria Auxiliadora, professor Clóvis Moreira da Silva, outro depoente de Both (2021), comenta que, em 1995, essa foi convertida na Escola Municipal Laura Vincuña, sendo que em 2006 as freiras da Congregação Salesiana deixaram definitivamente o município de Araguaiana (A GAZETA DO VALE DO ARAGUAIA, 2007).

No que se refere à sede do município de Barra do Garças, como apontamos em discussões precedentes, a Congregação Salesiana criou ali a segunda escola da zona urbana do município, em 1961, sob o nome de Instituto Santa Marta, atual Instituto Madre Marta Cerutti. Essa escola, à época, era responsável pela oferta de Ensino Primário e foi também a primeira instituição a oferecer cursos de formação docente, de modo permanente, em Barra do Garças.

Segundo Assis e Moreira (2018), o Curso Normal passou a ser oferecido no Instituto a partir de 1967. Entretanto, está registrada, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT, de 3 de agosto de 1966, a publicação da Lei nº 2.636, de 2 de agosto de 1966, que elevava a Escola Normal Regional Madre Marta Cerutti à categoria de Escola Normal de Segundo Ciclo. Essa publicação leva a crer que anteriormente à promulgação de tal Lei, a Escola Madre Marta já oferecesse o Curso Normal de Primeiro Ciclo. Porém, não se obtivemos qualquer outra documentação ou relato que respaldasse essa hipótese.

Both, Azevedo e Stefanoski (2016) indicam que à época de oferta do Curso Normal, apenas freiras da Congregação Salesiana lecionavam no Instituto Madre Marta Cerutti. Entretanto, com a mudança do Curso Normal para o Técnico em Magistério, a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (que extinguiu os Cursos Normais em todo o Brasil e instituiu, em seu lugar o Técnico com Habilitação Específica em Magistério), foram contratados docentes externos (não religiosos) – inclusive, alguns homens – para lecionar. Até que, na década de 1980, quando a professora Maria dos Reis de Sousa, depoente de Both (2021), o cursou, já não havia mais freiras compondo o corpo docente do Técnico em Magistério, ficando apenas a direção do Instituto Madre Marta Cerutti à cargo da Congregação. Tanto o Normal quanto o Magistério oferecidos na instituição se destinavam exclusivamente ao público feminino, havendo duas modalidades de alunas: alunas externas (as residentes na cidade) e internas (as de outros municípios).

Sobre a extinta Escola Dom Bosco, que existiu no município de Barra do Garças, Couto (2010) indica que esta foi instituída por padres da Congregação Salesiana (sem especificação do ano em que isso ocorreu) e posteriormente, na década de 1980, foi assumida pelo governo

do estado de Mato Grosso. Foi desativada, pelo estado em 2007, e, em 2022, o prédio ainda se encontra ocioso. Não obtivemos detalhes mais específicos da atuação dessa instituição no local.

Com relação ao Internato que a Congregação Salesiana mantinha na aldeia indígena Meruri, de etnia Bororo (aldeia localizada a cerca de sessenta quilômetros da zona urbana de Barra do Garças), durante a década de 1950, ainda não encontramos indícios do período exato de existência de tal instituição. Como discutimos anteriormente, Ribeiro (2004) indica que, como a Escola Cristino Cortes, única da sede do município de Barra do Garças à época, ofertava apenas até o quarto ano primário, as famílias que almejavam uma continuidade de formação escolar para seus filhos os enviavam a algum dos internatos que a Congregação Salesiana mantinha no município: os mais abastados, aos internatos de Araguaiana (que à época era distrito de Barra do Garças) e os de menor poder aquisitivo, ao internato Meruri.

Cabe ainda observar que, mesmo nas escolas que não eram mantidas pelos Salesianos, a presença de padres e freiras dessa congregação na direção das instituições, assim como na docência era constante. Diversos depoentes de Both (2021) comentam a passagem desses religiosos em suas vidas, tanto como seus professores quanto, posteriormente, como colegas de profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das instituições de ensino que discutimos neste artigo, em especial àquelas mantidas pela Congregação Salesiana, tem como destaque a difusão da oferta do Ginásio e Segundo Grau na região de Barra do Garças que, até então, contava apenas com escolas de Ensino Primário. Ribeiro (2004, p. 112) atribui essa expansão da rede escolar (observada na segunda metade da década de 1960 e no decorrer da década de 1970) ao célere “processo de desenvolvimento a que a região foi submetida [...] nessas duas décadas, quando os governos estadual e federal intensificaram as políticas de ocupação do imenso sertão, liberando incentivos fiscais para os grandes proprietários de terras e empresários.” Nesse novo contexto, o Ensino Profissionalizante se fez necessário para “suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada” (RIBEIRO, 2004, p. 129). Portanto, o desenvolvimento dos municípios da região (em especial, Barra do Garças), resultante dos projetos colonizadores governamentais, se tornaram, nas palavras de Romanelli (1993, p. 25)³, um “mecanismo de pressão em favor da expansão da escolaridade”.

³ Romanelli (1993) não discute nossa região de pesquisa, em específico, e sim como o crescimento urbano-industrial pode funcionar como um dos mecanismos que pressionam o poder público na oferta de ensino.

Cabe salientar também a direta atuação da Congregação Salesiana na habilitação profissional dos docentes da região, que à época sofria grande carência de oferta de cursos de formação específica nessa área. Conforme Both e Both (2016), desde 1967 até 1971, a oferta de formação para professores, nesse local, ficava basicamente a cargo da Escola Normal, curso que habilitava, em nível Secundário, professores para lecionar no Primário. O Normal foi substituído, em 1971, pelo curso Magistério que durou até o ano de 1985. Ambos os cursos eram ofertados pelo Instituto Madre Marta Cerutti, uma das escolas pioneiras do município de Barra do Garças e que (até 2022) permanece em funcionamento.

De modo geral, percebemos uma enorme influência da Congregação Salesiana na Educação de Barra do Garças. Seja diretamente, pela criação e manutenção de instituições de ensino ou indiretamente, pela atuação de religiosos da Congregação nas demais escolas do município.

Em nossa investigação de doutorado não aprofundamos o olhar sobre a atuação dos salesianos na Educação de Barra do Garças, para muito além do que nos foi trazido pelos professores que entrevistamos, por não fazer parte dos objetivos daquela pesquisa. Entretanto, acreditamos que uma pesquisa específica sobre o tema poderia contemplar questões que não foram aqui discutidas, tais como: Quais foram as influências, na comunidade da aldeia indígena do Meruri, da presença do internato da Congregação Salesiana que ali operava? Qual era o *modus operandi* da Escola Dom Bosco e por que ela foi fechada? Quais são os reflexos sociais na população local, de uma Educação tão fortemente influenciada pela perspectiva católica (ou, mais especificamente, salesiana) de ensino?

REFERÊNCIAS

A GAZETA DO VALE DO ARAGUAIA, A Redação. **Araguaiana perde patrimônio histórico**. Disponível em: <http://agazetadovale.web2344.uni5.net/?Pg=Noticia&Noticia=169>. Acesso em: 22 out. 2018. Barra do Garças. 2007.

ASSIS, R. A.; MOREIRA, E. C. A Influência Salesiana no Sistema Educacional da Cidade de Barra do Garças, MT [1956–1985]. In: **Revista Eletrônica Documento Monumento**. v. 24. n. 1. p. 243-255. Cuiabá. 2018.

BARALDI, I. M. **Retraços da educação matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção**. 2003. 240f. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2003.



BOTH, E. G., AZEVEDO, B. C., STEFANOSKI, L. L.R., Alguns resultados iniciais sobre a Escola Normal Barra-Garcense. *In: I Seminário de Comunicações Orais do IFMT*, câmpus Barra do Garças. Barra do Garças. 2016.

BOTH, E. G.; BOTH, B. C. Professores de matemática em Barra do Garças - MT: formação na década de 1980. *In: 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*. São Mateus, 2016. **Anais**. p. 1055-1062. Disponível em: <http://www.eventos.ufes.br/enaphem/index/about/editorialPolicies#custom-1>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BOTH, E. G. **Outros Diamantes**: histórias da formação de professores (de Matemática) em uma região de garimpo. 2021. 875f. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2021.

GARNICA, A. V. M. Cartografias contemporâneas: mapa e mapeamento como metáforas para a pesquisa sobre a formação de professores de Matemática. *In: Alexandria – Revista de Educação em Ciências e Tecnologia*. Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 35-60, 2013.

MATO GROSSO. **Decreto nº 161, de 21 de abril de 1932**. Altera a denominação do município de Registro do Araguaia para Araguaiana. Cuiabá, 1932.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei nº 32, de 21 de dezembro de 1935**. Cria o distrito de Barra do Garças, no município de Araguaiana. Cuiabá, 1935.

MATO GROSSO. **Lei nº 211, de 10 de maio de 1899**. Cria o distrito do Araguaya. Cuiabá, 1899.

MATO GROSSO. **Lei nº 387, de 12 de abril de 1904**. Subordina o distrito do Araguaya a Cuiabá. Cuiabá, 1904.

MATO GROSSO. **Lei nº 636, de 08 de julho de 1913**. Cria o município do Araguaya. Cuiabá, 1913.

MATO GROSSO. **Lei nº 121, de 15 de setembro de 1948**. Cria o município de Barra do Garças e extingue o município de Araguayana, passando-o a condição de distrito de Barra do Garças. Cuiabá, 1948.

MATO GROSSO. **Lei nº 5.006, de 13 de maio de 1986**. Restaura o município de Araguaiana, desmembrando-o de Barra do Garças. Cuiabá, 1986.

RIBEIRO, M. M. **Memória de Migrantes**: onde viver o fazer faz o saber. 2004. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás – UCG. Goiânia, 2004.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.